

Declaração de Istambul-Bergen sobre Justiça Humanitária

Na preparação para a conferência da Associação Internacional de Estudos Humanitários de 2025 em Istambul e Bergen e durante um dos anos mais turbulentos da história humanitária, [observatórios humanitários](#) em oito áreas afetadas por crises: Europa Central e Oriental, Etiópia, República Democrática do Congo, América Latina e Caribe, Líbia, Namíbia, Filipinas e Sul da Ásia se engajaram num processo para desenvolver uma definição e uma agenda para a justiça humanitária.

Os Observatórios realizaram consultas com as comunidades afetadas e outras partes interessadas. Essas consultas resultaram em relatórios específicos para cada área, que foram desenvolvidos coletivamente nesta declaração, lançada em Istambul em 16 de outubro de 2025.

Justiça Humanitária

A Justiça Humanitária é uma necessidade, vivida pelas pessoas afetadas por crises, por respostas humanitárias justas, transparentes, inclusivas e respeitosas, enraizadas em princípios de dignidade, solidariedade, cuidado e responsabilidade compartilhada pelas pessoas, pela natureza e pelo planeta e que respeitem o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos.

A Justiça Humanitária é uma estrutura moral prática que insiste em respostas humanitárias que abordem tanto o sofrimento imediato quanto as injustiças sistêmicas mais profundas que desastres, crises climáticas e conflitos expõem.

A Justiça Humanitária exige temporalidade oportuna: reconhecer que justiça, equidade e responsabilização devem aplicar-se a todo o espectro de engajamento em crises - desde a antecipação e resposta imediata, até a recuperação a longo prazo e a mudança sistêmica. A Justiça Humanitária exige uma mudança transformadora do alívio de curto prazo para um desenvolvimento pacífico, equitativo e justo, em harmonia com a natureza e as necessidades do planeta, e que as vozes e os conhecimentos das comunidades afetadas sejam ouvidos e respeitados.

A Justiça Humanitária exige que a ação coletiva da comunidade seja reconhecida e apoiada e que as comunidades afetadas sejam substancialmente incluídas na tomada de decisões.

A Justiça Humanitária se estende além do alívio imediato para abordar feridas mais profundas – sociais, psicológicas e sistêmicas – por meio de uma estrutura enraizada na dignidade, equidade e responsabilização. Trata-se de transformar crises em momentos e lugares de cura,

responsabilização e mudança sistêmica. Exige que autoridades, agentes humanitários e outros com poder reconheçam os sobreviventes não como pessoas quebradas, mas como portadores de sabedoria, detentores de direitos e agentes de renovação.

Observamos e vivenciamos que:

A dignidade é frequentemente violada quando as respostas humanitárias não se baseiam no respeito aos direitos das pessoas, incluindo os direitos de refugiados, deslocados internos e apátridas e quando esses direitos são aplicados de forma discriminatória com base em gênero, raça, etnia, idade, identidade religiosa, deficiência ou outros motivos.

A proteção de civis em tempos de conflito e a facilitação de seu acesso a áreas seguras de assistência, incluindo a proteção de prestadores de serviços e pessoal médico, são negligenciadas - muitas vezes intencionalmente - enquanto crimes contra pessoas e prestadores de serviços são cometidos impunemente.

Conhecimentos, visões de mundo, culturas e práticas da comunidade são frequentemente subestimados por aqueles que prestam ajuda e as comunidades afetadas muitas vezes excluídas dos processos de tomada de decisão relacionados à resposta humanitária, apesar de seus papéis na vanguarda da resposta a crises.

Falhas sistêmicas no sistema de ajuda humanitária, incluindo corrupção e favoritismo, levam à exclusão de grupos vulneráveis e criam ou agravam riscos e vulnerabilidades.

As respostas atuais às crises frequentemente não reconhecem as injustiças sofridas pelas pessoas afetadas ou não se comprometem com a reparação e resarcimento necessários para uma genuína Justiça Humanitária.

As falhas do sistema humanitário são em grande parte causadas pelas prioridades dos doadores, interesses (geo)políticos e histórias coloniais, em detrimento das vozes e conhecimentos das comunidades locais e indígenas.

As estratégias de saída das organizações humanitárias frequentemente falham em lidar com as transições de forma responsável e ética, levando a cortes abruptos na ajuda, lacunas nos serviços e ao enfraquecimento da resiliência da comunidade. A má implementação dessas estratégias deixa efeitos negativos duradouros que comprometem a integridade do humanitarismo para as comunidades afetadas.

Aspiramos por:

Uma comunidade humanitária global construída em conjunto que promova o bem-estar, os direitos e a dignidade das pessoas afetadas por crises, especialmente aquelas de grupos historicamente marginalizados.

Um ambiente político favorável à assistência humanitária, de acordo com os princípios do Direito Internacional Humanitário, onde as partes em conflito e os atores geopolíticos mantenham seus compromissos de prevenir e resolver conflitos e promover a paz.

Modelos de assistência que nutrem e reconhecem a liderança comunitária, ao mesmo tempo em que exigem responsabilidade e prestação de contas de governos, organizações humanitárias, empresas com fins lucrativos e outros que detêm o poder.

.Uma colaboração ampla, mutuamente reforçada e efetivamente coordenada entre os atores, que respeite e reconheça os membros da comunidade como primeiros e diretos respondentes e invista em sistemas de ajuda equitativos e baseados localmente.

Respostas humanitárias que estejam em sintonia com as necessidades, os bens, os recursos e as realidades vividas pela comunidade.

Abordagens estruturais que priorizem a prevenção, a construção da paz e a redução de riscos em vez de respostas ad hoc a crises.

Uma Agenda para a Justiça Humanitária:

Ação humanitária que parte da noção de humanidade compartilhada e é guiada por princípios e práticas de cuidado, empatia e respeito pelas comunidades afetadas, que empodera a liderança local e impulsiona mudanças transformadoras.

Uma ordem mundial que responsabiliza as partes em conflito por conter a violência, respeitar as vidas e necessidades das comunidades e permitir o acesso seguro a serviços médicos e humanitários.

Respostas humanitárias que sejam justas, orientadas pelas necessidades, baseadas em direitos e livres de corrupção ou favoritismo.

Estratégias de transição e saída responsáveis e éticas, planejadas em colaboração com atores locais desde o início e que priorizem o desenvolvimento sustentável e liderado localmente.

A retirada da ajuda internacional não pode comprometer o bem-estar a longo prazo e as necessidades básicas das populações afetadas. Ação humanitária centrada no bem-estar em sentido amplo, combinando ajuda material com um foco em perdas que não sejam apenas materiais (como saúde mental, cultura e coesão comunitária, relações com a terra e a natureza), abordando ativamente as necessidades de apoio psicossocial e compensação justa por tais perdas.

Respostas que estejam inseridas nas realidades vividas pelos desastres e nas práticas culturais das comunidades afetadas por conflitos.

Respostas humanitárias que proporcionem alívio a curto prazo, ao mesmo tempo em que abordam as causas profundas das vulnerabilidades e injustiças existentes que causam desastres e crises em primeiro lugar.

Apelamos a todos os atores envolvidos na formulação da ação humanitária para que se juntem a nós no avanço desta agenda para a Justiça Humanitária. Reconhecemos que nós, assim como todas as pessoas que trabalham pela Justiça Humanitária, também podemos fazer parte dos sistemas que buscamos transformar e que este trabalho envolve uma reflexão sobre nossos próprios papéis e responsabilidades.

Nosso Compromisso:

Ao assinar este documento, como organização, indivíduo ou comunidade, declaramos defender e promover a visão descrita neste documento, apoiar as comunidades afetadas e alinhar nossas ações aos seus desejos e demandas.

All India Disaster Mitigation Institute (AIDMI)
Central and Eastern European (CEE) Humanitarian Observatory
Ethiopian Humanitarian Observatory
GESTERRA (Research Group on Society, Territory and Resistance in the Amazon – UFPA Brazil)
HOILY (Humanitarian Observatory Initiative Libya)
HOISA (Humanitarian Observatory Initiative South Asia)
Humanitarian Observatory for Policy and Education, Southeast Asia (HOPE SEA)
Humanitarian Observatory, The Netherlands
Humanitarian Observatory, Somalia
International Humanitarian Studies Association (IHSA)
Kenyan Humanitarian Observatory
L'Observatoire Humanitaire-RDC (Democratic Republic of the Congo)
Maraka Humanitarian Observatory, Pakistan
Myanmar Humanitarian Observatory
Namibian Humanitarian Observatory
Nigerian Humanitarian Observatory
Observatorio Humanitario de América Latina y el Caribe
Palestinian Humanitarian Observatory
The Hague Humanitarian Studies Centre
The Philippines Humanitarian Observatory

[Inscreva-se para esta declaração](#)